



# PLOA 2019

PROPOSTA DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL | 2019



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
FAZENDA



# MENSAGEM DO PREFEITO

PROPOSTA DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL | 2019



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
FAZENDA

# Sumário

INTRODUÇÃO .....	2
DESTAQUES SETORIAIS.....	4
SAÚDE.....	4
EDUCAÇÃO .....	5
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	7
ZELADORIA E INFRAESTRUTURA URBANA .....	8
EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	8
ESTRUTURA DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2019 .....	10
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2019 .....	12
DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO 1º SEMESTRE DE 2018 .....	14
PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .....	17

## INTRODUÇÃO

O Poder Executivo do Município de São Paulo remete a esta Egrégia Casa, dentro do prazo legal, a Proposta Orçamentária para o ano de 2019, elaborada em conformidade com as normas e princípios constitucionais, a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei Municipal nº 16.961/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019.

A proposta guarda consonância com o Programa de Metas 2017-2020 e com o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2018-2021, instrumentos de planejamento traduzidos por metas, projetos, ações e indicadores para cada órgão municipal. Tais peças orçamentárias orientam a atuação estratégica e operacional da Prefeitura Municipal de São Paulo para o alcance de resultados que atendam as necessidades de seus cidadãos e reduzam os desequilíbrios ainda presentes no município.

O orçamento de 2019 traz ações regionalizadas, considerando peculiaridades e demandas de cada território da cidade. A participação da sociedade civil, fomentada através de audiências públicas realizadas em julho nas 32 Subprefeituras, foi fundamental para que o orçamento esteja em consonância com as necessidades e anseios prioritários dos paulistanos.

A presente proposta orçamentária busca contemplar ao máximo as demandas difusas da sociedade, a partir de uma ótica distributiva, inclusiva e transparente. Mas respeitando, de forma rigorosa, o equilíbrio e a sustentabilidade das contas públicas. As incertezas da conjuntura econômica - que ainda prejudicam as receitas municipais - e o crescimento sistemático de algumas despesas obrigatórias, como a Previdência, tornam a tarefa particularmente desafiadora.

De fato, a insuficiência financeira do sistema de Previdência Municipal superou R\$ 5 bilhões em 2018, cinco vezes maior que o observado no início da década. Para 2019 a projeção supera R\$ 6 bilhões, indicando a clara necessidade de uma reforma no sistema. Além disso, nos últimos 20 anos foram criados muitos equipamentos públicos nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social, Verde, Cultura e Esportes. Todos com grande importância social, mas que trazem consigo um elevado custo de manutenção. Por fim, a opção por aumentar as gratuidades a partir de 2013 fez triplicar o subsídio ao transporte público, que desde 2016 gira em torno de R\$ 3 bilhões.

Este crescimento das despesas, concentrado na Previdência, na manutenção dos equipamentos e serviços públicos e no subsídio ao transporte, reduz o espaço orçamentário para outras atividades e investimentos igualmente importantes para o cidadão.



Para enfrentar esses desafios, a presente peça orçamentária prevê a continuidade da busca por eficiência das despesas públicas, materializada através do Programa Gestores da Economia (Decreto nº 57.640, de 31 de março de 2017). Contempla ainda a contratação de operações de crédito para investimento. Em 2018, ingressaram recursos para as áreas de Habitação, Revitalização de Vias Públicas e Modernização da Administração Tributária. Para 2019, esperamos concluir operações para Saúde, Transporte e Segurança Urbana.

Outra importante iniciativa para impulsionar o investimento é o Plano Municipal de Desestatização, uma das bandeiras da atual gestão. O plano prevê o redimensionamento estrutural do governo por meio de projetos de concessão, privatização e Parcerias Público-Privadas. Em 2017 e 2018, importantes etapas legais e administrativas foram vencidas, abrindo espaço para que as operações comecem a ser concluídas. Os recursos obtidos com o Plano Municipal de Desestatização serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, e aplicados em investimentos das áreas definidas como prioritárias pela Lei nº 16.651/2017: Saúde, Educação, Segurança Urbana, Subprefeituras, Transportes, Assistência e Desenvolvimento Social e Habitação.

No âmbito das receitas correntes, a administração desenvolveu ações e sistemas de inteligência que vem permitindo uma melhora da arrecadação sem aumento da carga tributária, mesmo em meio a um cenário econômico incerto. Fiscalizações semanais e o Programa Nota do Milhão, da Receita Municipal, vêm estimulando com sucesso o pagamento correto das obrigações tributárias e a emissão de notas fiscais em diferentes setores da economia paulistana. A ação da Procuradoria Geral do Município no aprimoramento da cobrança da dívida ativa também merece destaque.

A Prefeitura reitera seu compromisso de ampliar e diversificar a captação de recursos e aumentar a eficiência de suas despesas para que os objetivos da cidade sejam alcançados sem comprometer o equilíbrio das contas públicas. As parcerias e convênios firmados com outros entes da federação, e também com o setor privado, são exemplos de ações direcionadas na elaboração de um orçamento mais sustentável e realista. Assim, são proporcionados ganhos para toda a cidade, buscando honrar as despesas correntes e capacidade para investimentos.

Estas são as bases que nortearam a construção da presente Proposta e que permitirão a implementação das ações orçamentárias ao longo do ano de 2019, fruto de todo um trabalho intersecretarial pautado pela eficiência e pelo compromisso com a população de São Paulo.



## DESTAQUES SETORIAIS

### SAÚDE

A Lei Orgânica do Município de São Paulo estabelece que a saúde é direito de todos, assegurado pelo Poder Público. O conjunto de ações e serviços de saúde de abrangência municipal integra a rede regionalizada e hierarquizada do sistema único de saúde, nos termos da Constituição Federal de 1988.

Diante das adversidades macroeconômicas enfrentadas pelo país, as dificuldades fiscais do Governo Federal têm exercido fortes pressões sobre o orçamento municipal, com relevantes repercussões sobre as políticas de saúde.

Essas pressões materializam-se, por exemplo, na necessidade de maiores aportes de recursos do Tesouro Municipal na composição total do orçamento da Saúde, como medida corretiva frente à queda de participação dos demais entes da Federação.

Ante tais desafios, a Prefeitura tem buscado novas fontes de financiamento e de promoção da atenção à saúde, o que envolve, por exemplo, a captação de recursos provenientes de financiamento junto a organismos multilaterais, de que é exemplo o projeto Avança Saúde, ora em etapa final de negociação com o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cuja Lei Orçamentária Anual proposta já o contempla.

Atenta às necessidades em saúde da população, a Prefeitura tem empreendido esforços especialmente para atender as demandas por melhoria das condições de acesso e ampliação e qualificação da infraestrutura dos equipamentos e serviços em saúde oferecidos pelo Município.

Nas iniciativas previstas em investimentos em Saúde, na área de Atenção Básica, tem-se um conjunto de reformas e adequações em unidades básicas de saúde (UBS), bem como o início de construção de novas UBS – com o foco preciso na estratégia de correção de déficits de equipamentos em alguns vazios assistenciais ainda existentes no Município. As ações de construção, ampliação, reforma e requalificação de UBS possuem previsão orçamentária na ordem de R\$ 102 milhões. Em adição, há também a manutenção e operação de UBS com recursos estimados em mais de R\$ 241 milhões.

Certamente, a atenção à saúde não se esgota apenas na ampliação da oferta de serviços, mas tem como premissas a articulação e integração de ações que se desenvolvem

sob diferentes enfoques, perpassando ações de atenção especializada, urgência e emergência, atenção hospitalar, vigilância em Saúde, entre outros.

Vale enfatizar as ações de Manutenção e Operação para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia, que receberão recursos de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões.

O suporte aos serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial possui previsão orçamentária para 2019, com investimento de R\$ 45 milhões para a construção, implantação, ampliação e reforma de Unidades de Pronto-Atendimento – UPA.

Ademais, é importante ampliar os esforços na melhoria da gestão, uma vez que, dentro da perspectiva de um Sistema Único de Saúde, o Município compartilha ações e responsabilidades com o poder público estadual nas áreas de Oncologia, Cardiologia, Urgência e Emergência, Vigilância em Saúde e na prestação de serviços hospitalares.

Finalmente, cumpre destacar que o orçamento em Saúde proposto para 2019 buscou ainda, do ponto de vista técnico-orçamentário, corrigir aspectos pontuais que se expressaram em anos anteriores, sendo mais fidedigno às necessidades da administração direta e indireta (Autarquia Hospitalar Municipal e o Hospital do Servidor Público Municipal).

## EDUCAÇÃO

Direito consagrado na Constituição Federal de 1988 e integrante do rol de direitos sociais, além de legitimado na Lei Orgânica do Município de São Paulo, é dever do Poder Municipal, em cooperação com a União, o Estado e com outros Municípios, assegurar a todos o exercício dos direitos de seus cidadãos, entre eles, o ensino fundamental e a educação infantil.

A Proposta Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação para o exercício de 2019 foi elaborada com vistas a atender às diretrizes da Política Educacional da Cidade de São Paulo, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação de São Paulo 2015-2025, com as metas e projetos estratégicos estabelecidos pelo Programa de Metas 2017-2020 e com os objetivos e programas definidos no Plano Plurianual (PPA) 2018-2021.

Os projetos e ações propostos visam dar continuidade ao aprimoramento da qualidade do serviço e dos resultados educacionais, assegurando um atendimento educacional mais equitativo e inclusivo por meio dos seguintes eixos que estruturam a atuação da Secretaria



Municipal de Educação: fortalecimento do tripé currículo, avaliação e formação, valorização dos profissionais da educação, construção de uma política integral e integrada para a população na primeira infância, consolidação e expansão da política de educação integral em tempo integral, ampliação e aprimoramento dos serviços de apoio e condições de atendimento aos estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, introdução de um novo paradigma tecnológico na gestão do sistema educacional e nas escolas municipais e manutenção e conservação dos equipamentos educacionais.

Para garantir o aprendizado de todos os estudantes no Ensino Fundamental, a Secretaria Municipal de Educação reintegrou o tripé currículo, avaliação e formação. A revisão e implementação do currículo do Ensino Fundamental tem balizado as avaliações externas e as ações formativas. Em 2019 serão impressos e distribuídos os Cadernos da Cidade a todos os alunos e professores do Ensino Fundamental. O Sistema de Avaliação Externa Municipal, já consolidado, continuará a fornecer dados e subsídios ao trabalho das escolas bem como para o aprimoramento das políticas educacionais. Da mesma forma, as ações formativas estão em sintonia com o currículo e com os resultados da avaliação, além de se concentrar nos processos de gestão da sala de aula, estratégias didáticas, ensino de pessoas com deficiência e uso de tecnologia. A busca pela equidade educacional está presente em todas as ações empreendidas, de forma que estratégias e condições especiais de atendimento têm sido construídas para atender aos alunos e escolas em situações mais vulneráveis.

Com relação à educação infantil, tem-se o desafio de manter a cobertura com qualidade a todas as crianças de quatro e cinco anos e expandir o atendimento para as crianças de até três anos de idade.

Para o ano de 2019, uma das prioridades da Secretaria Municipal de Educação contemplada no orçamento, demandada fortemente pela população nas audiências públicas, manterá o foco no aumento de vagas em creches, a exemplo dos anos de 2017 e 2018. Dessa forma, a Manutenção e Operação da Rede Parceira – Centro de Educação Infantil contará com R\$ 2,6 bilhões. Os esforços estão concentrados na ampliação das matrículas na periferia do município, onde a demanda é maior e a permanência das crianças pequenas na creche melhora sensivelmente sua qualidade de vida e seu desenvolvimento futuro.

Através das parcerias firmadas com o Estado de São Paulo e a União, o orçamento de 2019 destinará R\$ 131 milhões para a construção de Centros de Educação Infantil. Ainda

teremos o projeto “Nossa Creche”, constante do Programa de Metas 2017-2020, no qual estão previstos a cobertura das vagas criadas nos últimos dois anos, bem como a criação de novas.

Ademais, foram estimados R\$ 352 milhões para a Manutenção e Operação de Centros de Educação Infantil (CEI) e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI).

A alimentação escolar municipal, somado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Governo Federal, terão recursos na ordem de R\$ 775 milhões com compromisso de oferecer alimentação de qualidade aos alunos da rede municipal de ensino.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

Direito do cidadão e dever do Estado assegurado pela Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, a Assistência Social é uma política pública não contributiva, que objetiva garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

O Município de São Paulo reforça seu compromisso com seus cidadãos, buscando garantir proteção tanto Básica como Especial. Isso sem deixar de considerar as peculiaridades dos segmentos mais vulneráveis, com cuidados específicos, a fim de melhor auxiliar os munícipes que enfrentam adversidades de qualquer natureza. Cabe destacar as políticas voltadas para a criança e adolescente, idoso e população em situação de rua, entre outros.

As políticas assistenciais voltadas para a criança e adolescente, o orçamento prevê R\$ 143 milhões para a Proteção Social Especial a Crianças, Adolescentes e Jovens em Risco Social. Ainda para esse público, ações de orientação ao mundo do trabalho contarão com R\$ 79 milhões para sua continuidade no próximo ano.

Para ações de Proteção Social Especial à População em Situação de Rua, estão previstos R\$ 261 milhões para a criação de novas vagas no centro de acolhida em repúblicas, centros de acolhida e centros temporários de acolhimento, além da manutenção das vagas já existentes, parte delas entregues no ano passado, indicando a importância de sua continuidade administrativa.

Estão previstos no orçamento R\$ 47 milhões para a continuidade das ações de Proteção Social Básica às Famílias. A Proteção Social Básica tem por objetivos diagnosticar as situações de vulnerabilidade social, ampliar a capacidade da função protetiva das famílias, prevenir a presença e o agravamento das vulnerabilidades, riscos sociais, por meio do



desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e sociais.

## ZELADORIA E INFRAESTRUTURA URBANA

Na área de infraestrutura, estão previstas sanar deficiências nas áreas a serem drenadas e melhorar a vazão dos sistemas de chuvas das regiões e seus Distritos, manutenção dos piscinões, manter a permeabilidade do solo existente, garantindo condições de drenagem e absorção de águas pluviais, entre outros. Nesse sentido, as ações de ênfase para 2019 estão a efetivação de obras de drenagem com recursos na ordem de R\$ 178 milhões.

Os Serviços Urbanos distribuí-se entre as ações orçamentárias de conservação e revitalização permanente de malha viária, praças e demais espaços públicos; e minimizar os impactos ambientais produzidos pelas atividades urbanas e políticas de preservação e controle ambiental. Dentre tais ações estão previstas ainda Manutenção de Vias e Áreas Públicas, e também Manutenção e Operação de Áreas Verdes e Vegetação Arbórea, os quais juntas, terão à disposição aproximadamente R\$ 321 milhões.

## EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Os investimentos em inovação e tecnologia são prioridade desta gestão, como demonstra a criação da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, cujo foco é a transformação de São Paulo em uma cidade mais inteligente, humana e responsiva ao cidadão.

Dentre as ações desta pasta cabe destacar os resultados do Descomplica SP, programa inspirado no Poupatempo que visa ampliar a excelência no atendimento ao cidadão, agora mais ágil e eficiente. Além da unidade implantada junto à Subprefeitura de São Miguel Paulista, na zona leste, em março de 2018, a cidade receberá o reforço de outros postos com recursos previstos no orçamento 2019.

Outra iniciativa que faz uso da tecnologia para facilitar a vida do cidadão, também contemplada no exercício do próximo ano, é a manutenção dos canais de atendimento SP156: central telefônica, portal e aplicativo para o celular, prevista em R\$ 54 milhões.

As 132 unidades dos Telecentros, que fomentam a inclusão digital nos extremos da cidade, serão mantidas recebendo o aporte de R\$ 7 milhões. A rede de conectividade gratuita presente em 120 praças e parques será expandida, levando internet de qualidade para outras localidades, como pontos turísticos, centros culturais e esportivos, bibliotecas, CEUs.



A rede de 12 laboratórios de fabricação digital do FAB LAB LIVRE SP complementa as ações de empoderamento tecnológico e oferta tecnologia de ponta ao acesso de todos. São cursos e oficinas sobre robótica, eletrônica, marcenaria, impressão 3D e drones, entre outras atividades, tendo como previsão recursos no valor de R\$ 17 milhões.

# ESTRUTURA DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2019

## TEXTO DA PROPOSTA DE LEI

Reúne os dispositivos legais que orientarão o orçamento do Município de São Paulo para o exercício, sendo organizados nas seguintes seções:

Seção I	Seção II	Seção III
Do Orçamento Fiscal Consolidado: informa o montante global da estimativa da receita e fixação da despesa orçamentária.	Do Orçamento de Investimentos das Empresas	Da Autorização para a Contratação de Operação de Crédito
Seção IV	Seção V	
Da Autorização para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares	Das Disposições Finais	

## ANEXOS

Consolidam informações orçamentárias relevantes que constam da Proposta Orçamentária Anual.

Anexo I	Anexo II
Demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia sobre as receitas e despesas e as medidas de compensação.	Critérios para a projeção da receita orçamentária do exercício.

## VOLUMES

Detalham as informações orçamentárias relativas à receita e despesa do Município de São Paulo.

### Volume I

Dados Consolidados: série de informações disponibilizadas por meio de quadros orçamentários consolidados, e pelo detalhamento da receita orçamentária em determinadas classificações.

### Volume II

Reúne toda a legislação que fundamenta as atribuições de cada órgão, bem como a receita e a despesa orçamentária.

### Volume III

Receitas e Despesas orçamentárias alocadas nos Órgãos do Poder Legislativo, no Tribunal de Contas do Município, nos Órgãos do Poder Executivo. Tais despesas constam de forma mais detalhada, sendo apresentadas por meio de uma série de classificações orçamentárias.

### Volume IV

Receitas e Despesas alocadas nas Prefeituras Regionais no mesmo formato do Volume III.

### Volume V

Receitas e Despesas alocadas nos Fundos Municipais no mesmo formato do Volume III.

### Volume VI

Receitas e Despesas alocadas na Administração Indireta Municipal: Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, no mesmo formato do Volume III.

### Volume VII

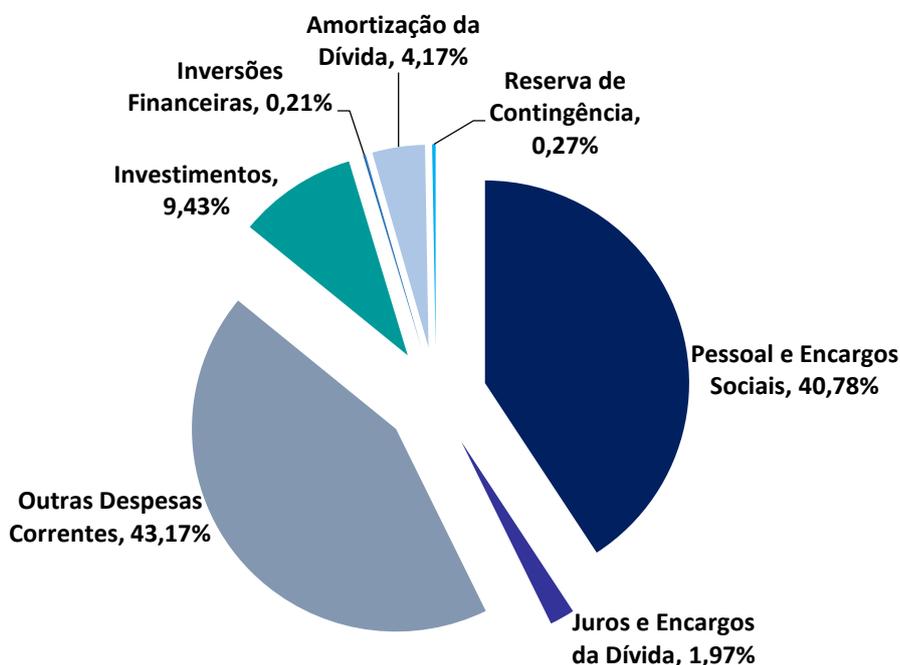
Regionalização e Detalhamento das Ações

## INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2019

A despesa orçamentária consolidada constante no Orçamento Fiscal foi fixada em R\$ 60.137.660.056 (Sessenta bilhões, cento e trinta e sete milhões, seiscentos e sessenta mil e cinquenta e seis reais), sendo R\$ 51.672.078.230 (Cinquenta e um bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões e setenta e oito mil e duzentos e trinta reais) como Despesas Correntes e R\$ 8.300.581.826 (Oito bilhões, trezentos milhões, quinhentos e oitenta e um mil e oitocentos e vinte e seis reais) como Despesas de Capital, além de R\$ 165.000.000 (Cento e sessenta e cinco milhões de reais) a título de Reserva de Contingência.

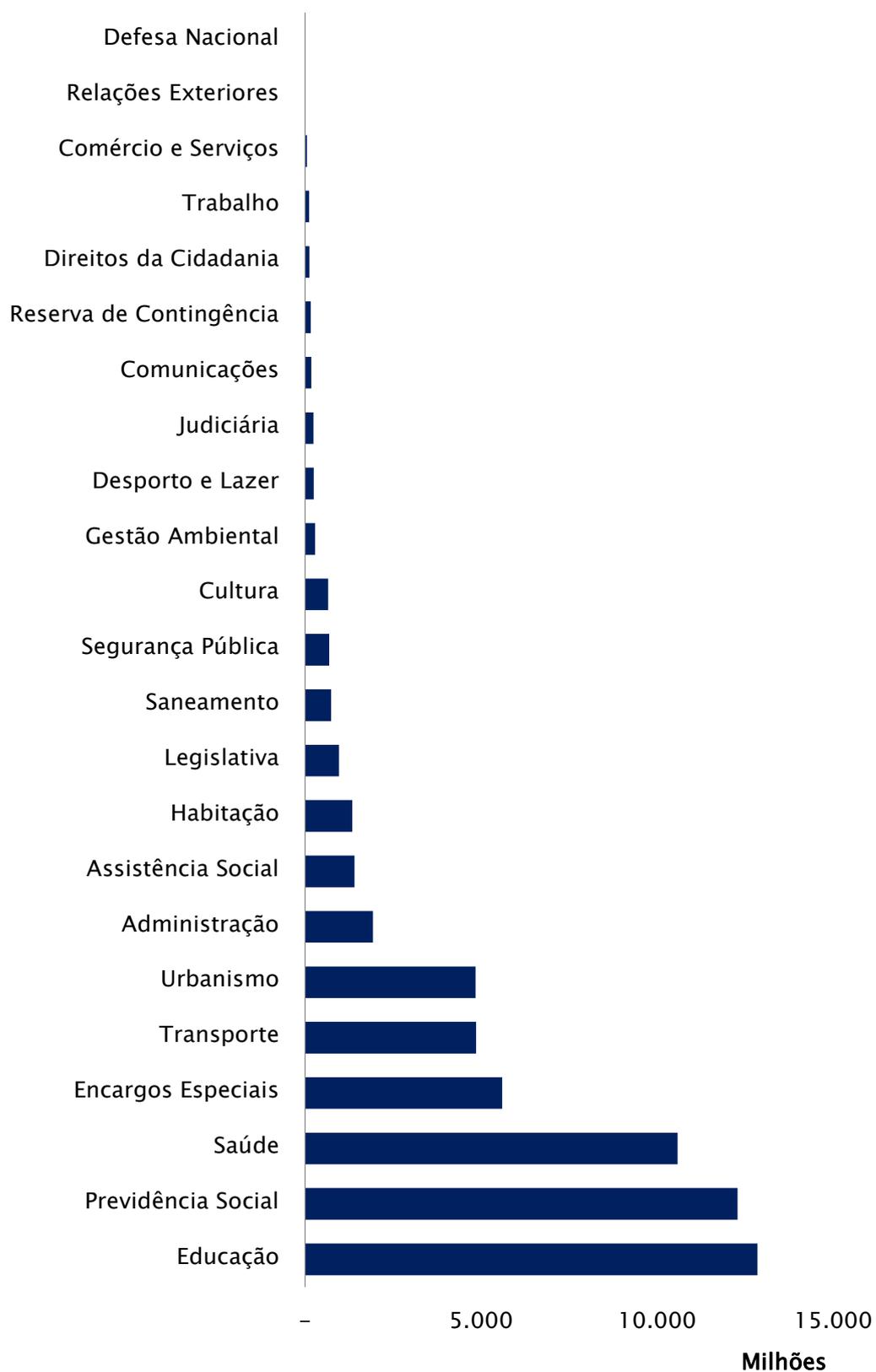
O Gráfico 1 ilustra as despesas por Grupo de Natureza de Despesa, identificando a respectiva composição, bem como sua representatividade entre os recursos destinados ao custeio e aqueles destinados aos investimentos.

**Gráfico 1 – Despesas por Grupo de Natureza**



O Gráfico 2 exibe a despesa por Função de Governo, e demonstra a distribuição dos recursos pelas diversas áreas de atividades desenvolvidas por esta municipalidade.

**Gráfico 2 – Despesas por Função de Governo**



# DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO 1º SEMESTRE DE 2018

A Proposta Orçamentária 2019 foi elaborada de forma compatibilizada ao Plano Plurianual do quadriênio 2018-2021 e à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, conforme disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Para a elaboração da presente proposta orçamentária, também foi considerada a atual conjuntura econômica e sua projeção para os próximos anos. As premissas básicas de projeções partiram das variáveis macroeconômicas divulgadas pelo Banco Central (posição em 17/08/2018), relatório FOCUS.

O Orçamento Fiscal para o exercício de 2018, com receita estimada e despesa fixada em R\$ 56.370.560.562,00 foi aprovado pela Lei nº 16.772, de 27 de dezembro de 2017.

Na tabela a seguir, observa-se a realização da receita no período de janeiro a junho de 2018 com o mesmo período do exercício anterior:

**Tabela 1: Comparativo de receitas períodos janeiro a junho de 2017 e 2018**

Receita Consolidada Valores em R\$ Milhões	2017		2018		Variação	
	Orçamento	Realizado até Junho	Realizado até Junho	Nominal	Real	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>47.755</b>	<b>24.038</b>	<b>26.040</b>	<b>8,3%</b>	<b>5,5%</b>	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25.487	13.718	15.390	12,2%	9,3%	
Receita de Contribuições	1.829	843	901	6,9%	4,1%	
Receita Patrimonial	1.014	570	409	-28,2%	-30,1%	
Receita de Serviços	600	257	95	-63,2%	-64,1%	
Receita de Transferências	14.574	7.562	8.153	7,8%	5,0%	
Outras Receitas Correntes	4.250	1.088	1.092	0,4%	-2,3%	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.855</b>	<b>479</b>	<b>1.165</b>	<b>143,4%</b>	<b>137,0%</b>	
Operações de Crédito	108	24	0	-100,0%	-100,0%	
Alienações de Bens	906	15	8	-48,9%	-50,3%	
Amortização de Empréstimos	23	11	12	7,9%	5,1%	
Transferências de Capital	2.687	318	395	24,2%	20,9%	
Outras Receitas de Capital	1.130	110	750	580,9%	563,2%	
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.984</b>	<b>893</b>	<b>955</b>	<b>7,0%</b>	<b>4,2%</b>	
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>54.695</b>	<b>25.409</b>	<b>28.160</b>	<b>11%</b>	<b>7,9%</b>	

Fonte: Balanço Orçamentário 3º Bimestre 2018 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/contaspublicas/index.php?p=3214>

A Receita Total, no acumulado de janeiro a junho de 2018, foi R\$ 28,2 bilhões, 11% superior ao mesmo período de 2017 em termos nominais, o que representa um aumento de 7,9% em termos reais. Nesse mesmo período, as Receitas Correntes cresceram 8,3% nominalmente, correspondendo a uma variação real de 5,5%.

O incremento da Receita Total foi influenciado tanto pelo aumento das Receitas de Capital quanto das Receitas Correntes. Nas Receitas de Capital, os Repasses da União aumentaram de R\$99 milhões, em 2017, para R\$146 milhões em 2018. As Transferências do Estado aumentaram de R\$218 milhões para R\$248 milhões. Parte relevante desse aumento deveu-se ao repasse do FMSAI – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, cuja variação positiva é explicado pelo reajuste da água em 7,88% em novembro de 2017, assim como pelo aumento no volume faturado no período. Em Outras Receitas de Capital, nota-se crescimento expressivo nas receitas com Outorga Onerosa. Atribui-se essa evolução à recuperação econômica na cidade de São Paulo, bem como à implantação do Aprova Rápido, funcionalidade que promove maior agilidade na aprovação dos projetos de edificações. Além disso, no ano de 2018 as receitas provenientes de levantamento de depósitos judiciais, autorizado pela Lei Complementar nº 151/2015, estão classificadas como Outras Receitas de Capital e totalizaram R\$ 580 milhões líquidos no primeiro semestre deste ano.

Ao analisarmos as Receitas Correntes, observa-se que houve ganhos nominais nos grupos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (12,2%), Receitas de Contribuições (6,9%) e Receitas de Transferências (7,8%).

No grupo Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria destaca-se a variação do ISS (12,9% nominal). O imposto reflete uma recuperação de alguns setores de serviços no Município de São Paulo, assim como o impacto positivo gerado pela Lei nº 16.757/2017 e o aumento das fiscalizações, guiados pela inteligência fiscal, que já somaram mais de 24 mil fiscalizações em 2018, número bem acima dos anos anteriores.

O IPTU apresentou variação nominal de 9,6%, a qual é devida ao aumento de lançamentos de exercícios anteriores, atualização de preços de acordo com a inflação e efeitos da Lei Municipal nº 15.889/2013. A referida lei estabeleceu atualização dos valores unitários de metro quadrado de construção e de terrenos, porém, com limites no aumento do imposto devido, de acordo com percentuais máximos de variação anual – o que ocasiona atualizações graduais no imposto devido.

As contribuições aumentaram em 6,9%, destacando-se, nesse grupo, o aumento de 4,2% no total arrecadado com Contribuições do Servidor Ativo para o Regime Próprio de Previdência Social, bem como de 23,8% com Contribuições dos Servidores Inativos do mesmo Regime. A grande variação das Contribuições dos Inativos é reflexo do aumento das aposentadorias concedidas pelo município.



Nas transferências correntes, observa-se o aumento de 4,6% na Cota-Parte do ICMS, assim como de 3,3% na Cota-Parte do IPVA.

Ao analisar a arrecadação do ICMS do primeiro quadrimestre no Estado de São Paulo, detalhada por CNAE, notam-se, entre as seções com maior impacto sobre o total da arrecadação, a seção de Indústrias de Transformação (variação de 5,6%) e a de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (15%).

Quanto ao IPVA, em observação à tendência dos últimos meses, estima-se que a frota de veículos na cidade de São Paulo apresente aumento superior aos dois últimos anos - o que pode ser refletido no repasse da cota-parte do IPVA à cidade nos próximos períodos.

Destacam-se variações nominais negativas em Receitas Patrimoniais de -28,2% e Receitas de Serviços de -63,2%. Em Receitas Patrimoniais, observa-se variação de -18,5% em aplicações financeiras, devido à queda da taxa SELIC em 2018, em comparação à taxa observada em 2017.

A variação negativa em Receitas de Serviços é decorrente da mudança na classificação contábil das Receitas de Saúde, agora classificadas como Transferências Correntes. Assim, ela não representa uma perda de arrecadação, mas apenas mudança na contabilização.



## PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Em cumprimento às prerrogativas constitucionais instituídas no artigo 165 da Constituição Federal, às exigências da Lei Orgânica do Município de São Paulo estabelecidas em seu artigo 143, o §1º do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e também o artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal organizou audiências públicas para a construção da proposta orçamentária, buscando aplicar a gestão democrática da cidade, por meio do orçamento participativo.

Com o objetivo de ouvir as demandas da sociedade paulistana e debater o Orçamento Municipal para o ano de 2019, foi realizado um trabalho técnico, traduzindo os dados colhidos nessas audiências, de forma ordenada, transparente e legitimamente democrática, a fim de consolidar as reivindicações de todas as comunidades da cidade de São Paulo.

As audiências foram realizadas no período noturno e em um final de semana, em cada uma das 32 subprefeituras, entre os dias 14 a 26 de Julho de 2018, em locais de fácil acesso, buscando incentivar a participação do maior número de munícipes, a fim de pluralizar a Proposta Orçamentária. Ao todo, foram contabilizados 1.795 participantes nas audiências, com a distribuição indicada na Tabela 1.

**Tabela 1 – Número de Participantes por Subprefeitura**

Data: 14/07/2018		Data: 16/07/2018	
Subprefeitura	Participantes	Subprefeitura	Participantes
Campo Limpo	66	Casa Verde	40
Lapa	34	Jabaquara	34
Parelheiros	132	Jaçanã/ Tremembé	36
Penha	22	Pinheiros	11
		Vila Prudente	24
<b>Subtotal</b>	<b>254</b>	<b>Subtotal</b>	<b>145</b>

Data: 17/07/2018		Data: 18/07/2018	
Subprefeitura	Participantes	Subprefeitura	Participantes
Aricanduva/ Formosa/ Carrão	36	Capela do Socorro	83
Freguesia/ Brasilândia	44	Cidade Ademar	72
Guaianases	26	Cidade Tiradentes	53
Pirituba/ Jaraguá	26	Ermelino Matarazzo	20
Sapopemba	61	V. Maria/ V. Guilherme	79
Sé	64		
<b>Subtotal</b>	<b>257</b>	<b>Subtotal</b>	<b>307</b>

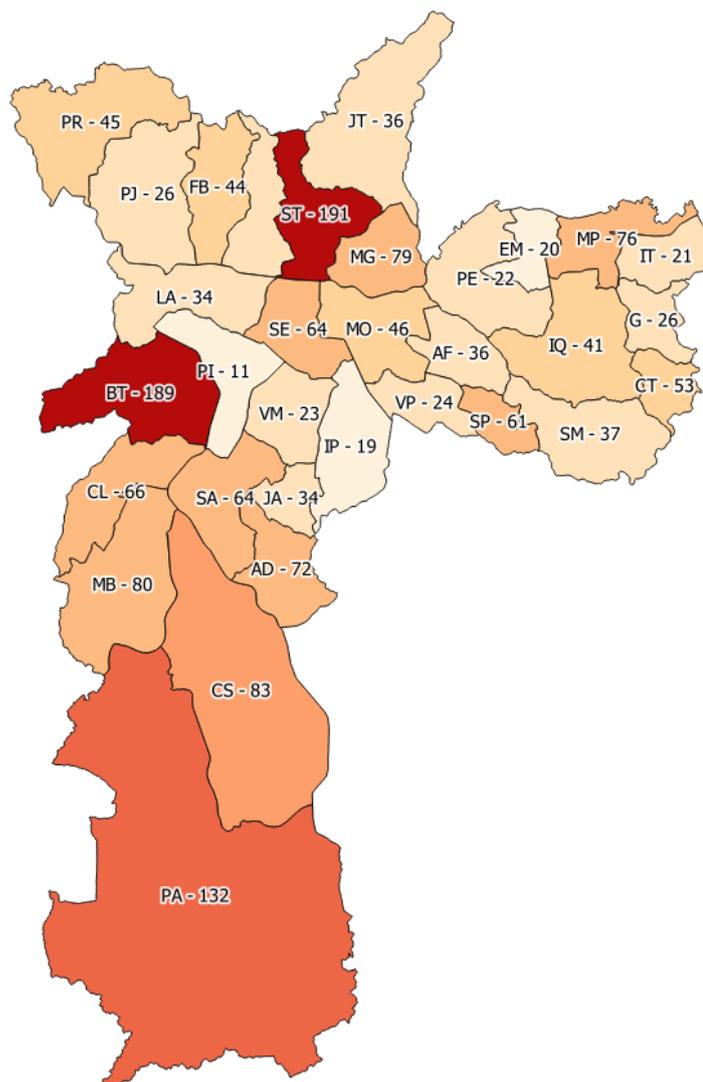
Data: 19/07/2018		Data: 20/07/2018	
Subprefeitura	Participantes	Subprefeitura	Participantes
Butantã	189	Ipiranga	19
Itaquera	41	Itaim Paulista	21
M Boi Mirim	80	Perus	45
Mooca	46	Santo Amaro	64
Santana/ Tucuruvi	191	São Mateus	37
São Miguel Paulista	76		
<b>Subtotal</b>	<b>623</b>	<b>Subtotal</b>	<b>186</b>

Data: 26/07/2018	
Subprefeitura	Participantes
Vila Mariana	23
<b>Subtotal</b>	<b>23</b>

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

O mapa a seguir mostra o número de municípios participantes por Subprefeitura:



Neste ano, como forma de valorizar a participação de cada cidadão e na busca de atender a maior parcela possível de reivindicações apresentadas, a Secretaria Municipal da Fazenda disponibilizou fichas de contribuição para o registro de todas as contribuições dos municípios, com a identificação da subprefeitura, distrito e o respectivo tema. Todas as demandas foram coletadas, sistematizadas e encaminhadas às secretarias municipais conforme o tema de cada demanda, para análise e eventual incorporação ao Planejamento Setorial de 2019.

A sistemática aplicada na divulgação e apresentação das audiências obteve êxito, com o aumento da quantidade de participantes de 33% em relação ao ano anterior. Essa melhora quantitativa trouxeram subsídios qualitativos para a construção da peça orçamentária.



Para melhor compreensão e contextualização, foi apresentado aos munícipes um panorama estrutural dos instrumentos de planejamento, essencialmente na Lei Orçamentária Anual – LOA, juntamente com a projeção de receitas por fontes, a distribuição da despesa no orçamento aprovado de 2018, e a execução orçamentária nos dez anos anteriores, integrando os cidadãos à realidade orçamentária da Prefeitura, além de promover o conhecimento global das despesas municipais. Sendo assim, todos puderam reivindicar ações relacionadas aos variados temas, bem como demandas regionais ainda não incorporadas no plano de governo.

Após o levantamento das contribuições realizadas pelos munícipes, representantes de cada Secretaria realizaram análises de viabilidade das propostas efetuadas, alinhando as demandas com a projeção de receita orçamentária, materializando na peça ora apresentada.

É crescente a participação popular também através de plataformas digitais. O Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/Paginas/home.aspx>) disponibiliza informações pormenorizadas e atualizadas da execução orçamentária municipal. Há também o Portal de Dados Abertos ([http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt\\_PT/](http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/)), uma plataforma livre desenvolvida para agregar base de informação ampla, alimentada por cada unidade da administração municipal. Por fim, o sítio eletrônico do orçamento municipal (<http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/>) traz informações a respeito das peças orçamentárias.

Desta forma, a Prefeitura de São Paulo reitera o seu compromisso com a participação popular, que é a condição essencial para o real e completo exercício democrático. O planejamento orçamentário municipal deve ser guiado pelos anseios da sociedade e dessa maneira, é possível que se estabeleça uma espécie de esfera pública necessária para pautar, desenvolver, executar, controlar e aperfeiçoar suas políticas públicas.